

---

## **Política de Acesso Aberto ao Conhecimento: Análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz**

---

**Paula Xavier dos Santos**

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[paulaxs@fiocruz.br](mailto:paulaxs@fiocruz.br)

**Ana Cristina da Matta Furniel**

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[anafurniel@fiocruz.br](mailto:anafurniel@fiocruz.br)

**Paulo Cezar Vieira Guanaes**

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[pauloguanaes@fiocruz.br](mailto:pauloguanaes@fiocruz.br)

**Rosane Mendes da Silva**

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[rosanemendes@fiocruz.br](mailto:rosanemendes@fiocruz.br)

**Manoel Barral Netto**

Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[mbarral@bahia.fiocruz.br](mailto:mbarral@bahia.fiocruz.br)

**Umberto Trigueiros Lima**

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[umberto.trigueiros@icict.fiocruz.br](mailto:umberto.trigueiros@icict.fiocruz.br)

**Nísia Trindade Lima**

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[lima@fiocruz.br](mailto:lima@fiocruz.br)

## Introdução

Desde sua criação, em 1900, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) procurou implementar estruturas que pudessem dinamizar uma rede de fluxos informacionais entre as atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, ensino e produção. É possível afirmar que o acesso aberto ao conhecimento consiste em um princípio norteador das práticas de informação e comunicação da Fiocruz desde a sua origem, resguardadas as diferenças entre o contexto histórico daquele momento e o debate atual acerca do tema. O que se pretende assinalar é que, enquanto princípio geral, o acesso aberto sempre esteve presente na instituição a partir do entendimento de que o acesso à informação e ao conhecimento científico e técnico é determinante para o desenvolvimento da saúde e um direito do cidadão.

O movimento global de acesso aberto ao conhecimento veio fortalecer essa perspectiva histórica adotada pela Fiocruz e contribuiu para que se definisse institucionalmente a criação de uma infraestrutura para a sistematização de sua produção científica, por meio do Repositório Institucional Arca, assim como a formulação de um conjunto de diretrizes na conformação de uma Política Institucional que oriente este processo.

## Objetivo(s)

A Fiocruz orienta suas práticas nos campos da informação e da comunicação científica com base no preceito de que a informação é um bem público e um dos determinantes sociais em saúde. O conjunto de diretrizes definidas na Política está alinhada e reafirma a missão, a visão e os valores da Fiocruz, onde destaca-se seu papel como uma instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde.

A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. Constituindo-se como uma instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde reforça, portanto, os princípios de uma sociedade justa, equânime e solidária, visando à promoção da saúde e a qualidade de vida das populações.

Com a adoção desta Política a Fiocruz espera não somente fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade da sua produção científica e aumento do seu impacto, mas contribuir para o desenvolvimento da ciência por meio de uma nova forma de comunicação

científica. Sem dúvida o ingresso da Fiocruz neste movimento global e nacional colabora de forma expressiva para o reposicionamento de todo o cenário e atores envolvidos no processo da publicação científica, em prol de uma comunicação cada vez mais livre e aberta para todos.

## **Metodologia**

A formulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento foi coordenada pela Vice- Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) de acordo com o modelo de gestão participativa da instituição. Considerando-se que o tema do Acesso Aberto é transversal às áreas de atuação da instituição, com impactos diretos nas atividades de pesquisa e ensino, a Política foi apreciada pelas Câmaras Técnicas de Informação e Comunicação, de Pesquisa e de Ensino, instâncias de assessoramento da Presidência na formulação das políticas institucionais.

A fim de ampliar a discussão para toda a comunidade institucional, a Política entrou em Consulta Pública por meio da Intranet Fiocruz. Uma ampla campanha de sensibilização e comunicação foi elaborada com o intuito de incentivar a participação de todos os servidores e colaboradores nesse debate. O Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou os Princípios norteadores da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento em 2013 e para dar sequência ao processo, nomeou uma Comissão com o objetivo de analisar as questões e contribuições levantadas na Consulta Pública e demais fóruns da instituição e propor sua incorporação no texto final da Política. Em fevereiro de 2014 os conselheiros aprovaram integralmente a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, bem como a composição do Comitê de Regulação da Política, instância responsável pela supervisão e acompanhamento da execução desta Política.

## **Resultado(s) e discussão**

A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz está estruturada em 8 Princípios Gerais, 32 artigos distribuídos nos seguintes capítulos: Capítulo 1. Definições e Objetivos, Capítulo 2. Instâncias e Mecanismos de Governança, Capítulo 3. Diretrizes de Operação do Repositório Institucional Arca, Capítulo 4. Direitos e Deveres dos Autores, Capítulo 5. Do Estímulo e do Financiamento, Capítulo 6 – Disposições finais.

Em uma apresentação sintética merecem destaques os seguintes artigos: o Art. 6º, que determina o caráter mandatório, sendo obrigatório o depósito no Repositório Institucional Arca das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos produzidos no âmbito da Fiocruz e publicados em periódicos científicos. O Art. 9º, que apresenta a seguinte estrutura de governança: Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento; Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca; e Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs). O Art. 16, que determina que a gestão

operacional do Repositório Institucional Arca é responsabilidade do Ict, de forma compartilhada com todas as unidades. O Art. 23, que define que os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional Arca e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

Após a aprovação da Política, três frentes de trabalho seguem em curso. A primeira refere-se à implantação do Plano Operativo do Repositório Institucional Arca que tem como objetivo detalhar papéis, responsabilidades, infraestrutura e fluxos para operação e manutenção do Arca.

Também foi criado um novo grupo de trabalho, coordenado pela VPEIC e constituído pelo Ict e pela Coordenação de Comunicação Social, responsável pela elaboração e implantação das estratégias de comunicação e sensibilização da Política. Por fim segue em curso a adequação dos instrumentos jurídicos internos centrais da Instituição e das Unidades à Política institucional de Acesso Aberto, em especial os editais e regimentos, bem como a identificação e elaboração dos instrumentos de transferência de Direitos Autorais necessários para a implementação da Política.

## **Conclusão**

Assim, conclui-se que ao adotar a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento Científico, a Fiocruz reconheceu o respeito aos direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais, em relação ao conhecimento produzido e entendeu ser obrigação das instituições públicas garantir que a sociedade tenha acesso ao conhecimento por elas produzido. A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. Constituindo-se como uma instituição de Ciência e Tecnologia em Saúde, a instituição reforçou, portanto, os princípios de uma sociedade justa, equânime e solidária, visando à promoção da saúde e à qualidade de vida das populações. Trata-se não somente de fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade da produção científica institucional e aumento do seu impacto, mas também de contribuir para o desenvolvimento da ciência por meio de uma nova forma de comunicação científica.

**Palavras-chave:** política; acesso aberto; repositório institucional; preservação digital; informação científica e tecnológica em saúde.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. *Portaria 329/2014-PR*. Instituir a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro, março de 2014. Disponível na Internet: <URL: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria\\_-\\_politica\\_de\\_acesso\\_aberto\\_ao\\_conhecimento\\_na\\_fiocruz.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf) >.

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz. *Portaria 795/2012-PR*. Constitui Grupo de Trabalho de Acesso Livre ao Conhecimento Científico da Fiocruz. Rio de Janeiro, agosto de 2012. Disponível na internet: <URL: [http://www.castelo.fiocruz.br/portaria/Doc/P795\\_2012.pdf](http://www.castelo.fiocruz.br/portaria/Doc/P795_2012.pdf)>.

GUANAES, Paulo Cesar Vieira; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares (2012) – Modelos de gestão de revistas científicas: uma discussão necessária. *Perspectivas em Ciência da Informação* [Em linha]. Vol. v.17, nº 1 (2012), p.56-73 [Consult. 10 jun. 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1383/1007>> ISSN 1981-5344.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henriques; NORONHA, Ilma Horsth (2009) – RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de repositório institucional. In: Sayão Luis [et al.] – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: EDUFBA; 2009. ISBN 978-85-232-0655-0. p.261-281.

HARNAD Stevan, BRODY Tim (2004) – Comparing the impact of open access (OA) vs. non-OA articles in the same journals. *D-lib Magazine*. ISSN 1082-9873. Vol 10, Nº 6 (2004).

KURAMOTO, Helio (2008) – Acesso livre à informação científica: novos desafios. *Liinc em Revista*. ISSN 1808-3536. Vol 4, Nº 2 (2008), p 155-158.

LAWRENCE, Steve (2001) – Free online availability substantially increases a paper's impact. *Nature*. [Consult. 20 mai. 2014] Disponível na internet: <URL: <http://www.nature.com/nature/debates/e-access/Articles/lawrence.html>>.

NORONHA, Ilma Maria Horsth (2011) – *O livre acesso à informação científica em doenças negligenciadas: um estudo exploratório*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense. 140 p. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Eloy (2005) – Concretizando o acesso livre à literatura científica: o repositório institucional e a política de autoarquivo da Universidade do Minho. *Cadernos BAD*. ISSN 0007-9421. Vol 1. p. 22-32. Disponível na internet: <URL: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3478/1/Cadernos%20BAD%201%20200505%20rodrigues.pdf>>.